



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005247-88.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **TATIANE APARECIDA LOPES DA SILVA**
Requerido: **Cred - System Administradora de Cartões de Crédito LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em novembro de 2014 adquiriu produtos da ré, aceitando na oportunidade cartão de crédito que ela lhe ofereceu para o pagamento daquela compra e de outras futuras.

Alegou ainda esse cartão não lhe foi entregue, quitando mesmo assim a dívida que contraiu, mas depois foi surpreendida com cobrança de valor que não reconhece e com sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito por parte da ré.

Já a ré em contestação negou a ocorrência de falha na prestação dos serviços a seu cargo, ressaltando que a autora aderiu ao Seguro Mais! e que tinha amparo para negativá-la em virtude de débito dela em aberto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Observo de início que a ré não comprovou a entrega do cartão de crédito trazido à colação para a autora.

Instada a fazê-lo especificamente (fl. 72), admitiu inexistir o comprovante do recebimento desse cartão por parte da autora (fl. 74, último parágrafo).

Por outro lado, a ré salientou que a dívida da autora atinaria à adesão ao Seguro Mais! que ela teria feito ao pagar a fatura com vencimento em 15/12/2014 englobando esse seguro.

Mesmo que se admita que o pagamento foi implementado na esteira do que sustentou a ré, reputo que o fato é insuficiente para estabelecer a convicção de que a autora aderiu espontânea e conscientemente àquele seguro.

Ela negou que assim tivesse agido (fl. 81) e em momento algum restou positivado algum entendimento entre as partes que tivesse por tema essa transação.

Aliás, nem mesmo quando a autora aceitou a oferta da ré quanto ao mencionado cartão de crédito (é relevante assinalar que se fosse o desejo dela aderir ao seguro naturalmente o teria feito de princípio) há indícios de que esse assunto foi discutido.

Ademais, nota-se pelos documentos de fls. 04/05 que a formalização do débito que deu causa à inscrição da autora perante órgãos de proteção ao crédito derivou exclusivamente dos encargos decorrentes do não pagamento do Seguro Mais!

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A ré não logrou demonstrar com a indispensável segurança que teria amparo consistente para dirigir a cobrança em apreço à autora e muito menos para negativá-la.

Em consequência, reconhece-se a ilicitude de sua conduta, bem como o direito da autora em ressarcir-se dos danos morais que suportou oriundos de sua indevida negativação.

A jurisprudência é assente em tomar essa medida como apta a render ensejo a dano dessa natureza:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

*“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel, Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).*

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização está em consonância com os critérios preconizados em situações afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo ser acolhido.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para cancelar o cartão de crédito indicado a fl. 01, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 13/14, item 2.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**